

Já começou a fase 3 da renegociação da dívida externa

Milton Coelho da
Graça (*)

A fase 2 da renegociação da dívida externa está encontrando obstáculos. Um deles era tão previsível como a chegada da primavera, apesar do sombrio horizonte brasileiro: os credores fazem o possível para evitar um aumento de seus riscos no País. As cuidadosas contas feitas pelo comitê assessor presidido por William Rhodes procuraram limitar a quantidade de "dinheiro novo" à exata importância que será necessária para que o Brasil não deixe de cumprir em 1984 a obrigação — quase religiosa aos olhos dos banqueiros internacionais — de pagar pontualmente os juros. Mesmo sabendo que esse dinheiro praticamente não sairá de seus cofres, muitos bancos estão relutando em assiná-lo, porque terão de escriturar um aumento da dívida brasileira, e isto poderá dar-lhes uma imagem de insensatez diante de seus acionistas.

Mas há um segundo obstáculo, pouco perceptível por enquanto, que se tornará mais nítido à medida que os distúrbios sociais no Brasil se vão tornando notícias freqüentes nos jornais do mundo, a ansiedade em torno do 2.045 aumenta e os números da dívida vão impondo sua lógica irretorquível. Esses fatos estão antecipando a fase 3 da negociação, e isso atropela a discussão da fase 2 e complica o seu rápido desfecho por todos aguardado.



vimento. Essa convicção vinha sendo sugerida por alguns economistas e analistas há vários meses, mesmo quando nossas autoridades ainda espalhavam alegremente pelas capitais do mundo que a crise brasileira era apenas uma crise de liquidez e, portanto, temporária.

Essas previsões — algumas delas aterradoras — e os respectivos planos salvadores foram lidos pelos banqueiros internacionais e vinham sendo delicadamente arquivados por suas secretarias. Até agosto era aparente uma opinião unânime entre os credores de que o Brasil, como de resto todos os outros devedores, precisava somente de um bom aperto fiscal, monetário e cambial, supervisio-

nado pelo Fundo Monetário Internacional, para voltar a exibir um saldo comercial capaz de inverter o processo de acumulação da dívida externa dos últimos cinco anos.

Mas os banqueiros — para o pior e para o melhor — são profissionais treinados na difícil arte de distinguir fatos de desejos. Eles compartilham do otimismo genérico dos ministros. Mas têm o hábito de conferir os números específicos que estes lhes apresentam.

Richard O'Brien, economista chefe do American Express Bank, computou todos os empréstimos feitos aos países em desenvolvimento por todos os bancos e descobriu que a soma

cobriu os US\$ 126 bilhões que foram devolvidos sob a forma de juros. Os livros dos bancos mostram um aumento dos ativos quase nove vezes maior do que a entrada líquida de recursos nos países devedores, e é óbvio a conclusão de que uma pequena redução da taxa de juros ajudaria muito a esperança de transformar "contas a receber" em ativo líquido.

Esse raciocínio contagiou muitos importantes bancos, entre os quais são mencionados o próprio American Express, os suíços e os alemães. Outros argumentos são invocados. Não se conhece precedente histórico de que um país tenha conseguido dedicar durante vários anos mais de dois terços de sua receita

de exportação para o pagamento de juros e dividendos. Como um país pode manter sua viabilidade se o Produto Nacional se mantém estático, enquanto o crescimento demográfico e o serviço da dívida externa exigem uma expansão econômica anual mínima de 10%? E que efeitos secundários terá a contenção das importações (do Brasil e de outros devedores submetidos a programas de ajustamento) na economia dos países industrializados?

Com isso, a grande renegociação da dívida, preco-nizada por Olavo Setúbal e outros para o próximo governo brasileiro, foi antecipada pelos credores. Mesmo no principal reduto dos confiantes e convencionais esquemas para o Brasil até

aqui elaborados pelo FMI, governos e bancos privados — o inescrevível comitê assessor — já se anunciam vozes dissidentes.

Não há ainda uma proposta concreta e comum. Mas é apenas uma questão de tempo, e logo a ordem do dia do comitê assessor estará incluindo redução de juros e/ou aumento dos prazos de pagamento e carência e/ou idéias outras de recomposição. As autoridades brasileiras ajudariam muito se tirassem os óculos cor-de-rosa, aceitassem com a mesma frieza dos banqueiros os duros fatos da vida e começassem a conversar com a Nação sobre a fase 3.

(*) Correspondente deste jornal em Nova York

A fase 2, segundo credores e devedores, destina-se exclusivamente a permitir que o Brasil acerte seu fluxo de caixa até o final de 1984.

O ingrediente fundamental da fase 3 é a convicção de que o Brasil não terá condições de pagar sua dívida dentro dos critérios e métodos das fases 1 e 2, que vêm sendo usados para enfrentar a crise financeira dos países em desenvol-